

RELATORIA 10º FÓRUM RIO



NOME DA ATIVIDADE: Controle Social e Transparência na Gestão Pública

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL: Observatório Social do Brasil – Rio de Janeiro e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio

RELATORA: Milena de Araújo Fernandes

Em breve explicação sobre o tema, Tatiana Bastos, presidente do Observatório Social do Brasil – Rio de Janeiro alertou para a necessidade da retomada da cultura de monitoramento e controle social, exemplificando o trabalho do Osb-Rio neste processo. O debate foi iniciado em um questionamento a Luis Valverde, vice-presidente do CAU/RJ (Conselho de Arquitetura e Urbanismo/RJ) sobre o papel da instituição na cobrança da transparência tendo em vista o vínculo com Conselho com a gestão pública. Luis citou o acordo de cooperação que o CAU possui com o Osb-Rio onde são disponibilizados os dados de Registros de Responsabilidade Técnica de obras públicas à sociedade, exemplificando o compromisso com a transparência. Direcionado a Pedro da Luz Moreira, presidente do IAB/RJ (Institutos dos Arquitetos do Brasil/RJ), foram utilizados exemplos de desastres decorrentes de obras nos últimos anos e preços exorbitantes no mesmo seguimento e foi questionado ao IAB como a sociedade civil e o Instituto podem contribuir para a mudança. Pedro acrescenta à discussão a situação da moradia como grande ponto para análise da comunicação com a gestão pública e formaliza que a transparência é capaz de diminuir a desigualdade, criticando o modo como a gestão pública trata o planejamento e controle da questão das HIS (Habitações de Interesse Social) como Minha Casa Minha Vida. Taiana Sobrinho, advogada do LEDUB (Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro), esclareceu sobre o papel da instituição na temática onde, sob o ponto de vista do Direito, traz ao debate o questionamento sobre a linguagem do monitoramento e de como é necessário torná-lo legível às camadas populares. Tatiana questiona sobre como hoje, com a quantidade de informação e tecnológica, ainda é possível a ocorrência de falhas que gerem a ocorrência da não entrega de uma obra. Luis entende e sugere que as especialidades se conectem e criem a bandeira política na busca do direito que é de todos. Pedro sinalizou a Mobilidade como um direito comum a todos e de grande impacto geral com o questionamento: “Por que a gente não cobra?”. Neste

momento Taiana introduziu a problemática da institucionalização das discussões sobre a cidade.

Aberto à plateia presente, a fala é sobre a necessidade de controle da população, da sociedade civil criar suas próprias alternativas para o desenvolvimento social. Tatiana do Observatório aponta a transparência como busca pelo reconhecimento e nomeação das problemáticas enfrentadas pela sociedade. Taiana exemplifica a situação de moradia do Porto como parte da existência da mobilização social, mas também de ineficácia diante da gestão pública. Luis, como representante do poder público, sinaliza a existência dos planos e estudos para as áreas com maior necessidade e vê na luta pelos direitos a forma de atingi-los. Tatiana aponta a recomendação da busca da sinergia das instituições presentes em seus objetivos. Por fim, as instituições finalizaram suas falas expondo eventos em seus calendários que oportunizam a comunicação com o poder público.